



266

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Embargos de Declaração em Recurso em Sentido Estrito nº: 0007825-30.2012.8.17.0000 (0272505-3)

Comarca: Olinda
Juízo: Vara do tribunal do Júri
Embargante: José Ranilson da Silva
Advogado: José de Siqueira Silva Júnior
Embargado: 1ª Câmara Criminal do TJPE
Relator: Des. Fausto Campos
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. OMISSÃO. PREQUESTIONAMENTO. REDISCUSSÃO DE TEMAS DEBATIDOS E UNANIMEMENTE REPELIDOS PELA CORTE. MÉRITO. QUALIFICADORA PREVISTA NO INCISO IV, DO §2º, DO ART. 12. OMISSÃO INEXISTENTE.

1. Visam os aclaratórios, a pretexto de suprir supostas omissões, rediscutir matérias já debatidas e repelidas à unanimidade por este Colegiado, com a devida fundamentação, embora não o tenha feito pela óptica defensiva.

7. Quanto à suposta omissão no tocante à qualificadora prevista no inciso IV, do §2º, do art. 121 do CP, tal alegação não merece guarida, porquanto foi exaustivamente abordada essa questão no voto.

8. Embargos conhecidos e rejeitados. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração, em que figuram como partes as acima citadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, à unanimidade, conhecer dos embargos e rejeitá-los, nos termos do relatório, voto do Relator e demais peças que integram o julgado.

Recife, 01 de julho de 2014

Des. Fausto Campos

Relator



267

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Embargos de Declaração em Recurso em Sentido Estrito nº: 0007825-30.2012.8.17.0000 (0272505-3)

Comarca:	Olinda
Juízo:	Vara do tribunal do Júri
Embargante:	José Ranilson da Silva
Advogado:	José de Siqueira Silva Júnior
Embargado:	1ª Câmara Criminal do TJPE
Relator:	Des. Fausto Campos
Órgão Julgador:	Primeira Câmara Criminal

RELATÓRIO

Cuidam-se de embargos declaratórios, interpostos por **José Ranilson da Silva** em face de decisão proferida por esta 1ª Câmara Criminal, quando do julgamento do Recurso em Sentido Estrito nº 0007825-30.2012.8.17.0000 (0272505-3), com a pretensão de aclarar omissão supostamente existente no julgado.

Sustenta-se a existência de suposta omissão no julgado vergastado, alegando que não houve fundamentação quanto ao que se refere à qualificadora, cujos argumentos foram genéricos, sem respaldo nos autos.

O Ministério Público instado a se manifestar, apresentou contrarrazões aos Embargos, requerendo a manutenção do acórdão em todos os seus termos.

Está feito o relatório.

VOTO

Visam os aclaratórios, a pretexto de suprir suposta omissão, rediscutir matéria já debatida e repelida à unanimidade por este Colegiado, com a devida fundamentação, embora não o tenha feito pela óptica defensiva.

Quanto à suposta omissão no tocante à qualificadora prevista no inciso IV, do §2º, do art. 121 do CP, tal alegação não merece guarida, porquanto foi exaustivamente abordada essa questão no voto, como se verifica no trecho abaixo transcrito:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

"A defesa, por sua vez, ao requerer no recurso o afastamento da qualificadora prevista no inciso IV do art. 121 do CP, alega que o Recorrente foi vítima de um assalto na mesma data do fato e reconheceu a vítima com um dos assaltantes. Entende que não se pode qualificar da surpresa quando a vítima é suspeita de praticar assaltos na região. Para descaracterizar a qualificadora denominada surpresa, a defesa alega que para a qualificadora não ser levada a efeito, seria necessário que a vítima não tivesse razão para esperar a agressão ou suspeitar dela. Cediço que na sentença de pronúncia ocorre o juízo de mera probabilidade, em que o julgador determina a admissibilidade ou não dos termos da denúncia, sem se ater a maiores considerações. Havendo dúvida, prevalece a regra *"in dubio pro societate*, ao contrário da condenação que se rege pelo *"in dubio pro reo"*. Para se determinar a exclusão da qualificadora constante na denúncia, seria imperioso que a mesma fossem absolutamente improcedentes o que não se infere na presente situação. Ademais, nessa fase é vedada a valoração das provas com esse fim, sob pena de se usurpar a competência do Tribunal do Júri."

Conforme mencionado, os presentes embargos não se prestam a discutir matéria já examinada no acórdão embargado, como pretendido pelo embargante, impondo-se a sua rejeição.

Por todo o exposto, conheço dos embargos e os rejeito.

É como voto.

Recife, 01 de Junho de 2014.

Des. Fausto Campos
Relator